

# **PRÓ-CRIANÇA: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A INFÂNCIA CATARINENSE?**

**RODRIGUES, Marilda Merêcia** - UFSC

**GT:** Educação da Criança de 0 a 6 anos / n.07

**Agência Financiadora:** CNPq

## **Introdução**

O presente trabalho visa socializar o conhecimento produzido por meio de uma pesquisa que buscou apreender o significado do projeto governamental Pró-Criança, implementado na década de 1980, na gestão do governo do Estado de Santa Catarina (1982-1986), o que nos levou ao questionamento norteador, isto é, qual política para a infância estava sendo proposta? Sobre que bases consensuais firmava-se tal política?

## **A definição do tema da pesquisa**

Em meio a dezenas de livros infantis nas estantes de um sebo, havia um intitulado “*Uma Família Feliz*”, que nos instigou curiosidade e até uma incerta familiaridade, que se acenava com uma forte vontade de saber mais sobre aquele pequeno livro que exibia a sigla do Estado de Santa Catarina e um slogan ainda mais instigante: “*Governo do Estado Cumprindo a Carta dos Catarinenses*”.

A partir de estudos sobre a literatura infantil (Deiró,1978), (Eco,1980), (Abramovich,1983), (Zilberman&Lajolo, 1993), (Benjamin,1994), entre outros, podemos reconhecer que longe de representar apenas rimas e distrações, um olhar mais atento, especialmente para esta, produzida no interior de um projeto governamental, conferiria algo que se projeta de modo bem mais abrangente do que ingenuamente pode parecer. Há uma instrumentalização da linguagem escrita, a qual parte de um lugar de produção real, cujos destinatários ou meio de circulação já estão previamente definidos. Trata-se, portanto, de algo que vem, historicamente, estabelecendo posturas, valores e principalmente, de um instrumento a serviço de uma determinada “ordem”. Nesse sentido, para a apreensão dessa “ordem”, buscou-se desvelar dimensões políticas, culturais e sociais que subjazem aos livros selecionados pelo denominado Projeto Pró-Criança, e fundamentalmente, compreender o referido Projeto, o momento histórico que o viabilizou e os direcionamentos propostos pelo mesmo<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Uma evidência bastante instigante apontada pelo livro “*Uma Família Feliz*”, era o fato de Ângela Amin presidir o órgão, que funcionava como suporte ao Projeto Pró-Criança, LADESC (Liga de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense) e, o mais curioso, é que Ângela, esposa do então Governador do Estado de Santa Catarina (Esperidião Amin) no período do lançamento de tal livro, isto é, em 1986. No momento da realização da pesquisa (2000) Ângela era a atual prefeita, reeleita, de Florianópolis, e também

Desse modo, a partir da análise de 25 documentos do Projeto Pró-Criança, Relatórios, Informativos e Documentos norteadores, além dos 31 Livros infantis e 36 Canções selecionados no concurso promovido pelo Pró-Criança Cultural, pudemos vislumbrar o alvo do Projeto, apresentado no “Documento Básico” sob a designação “*Primeiro os Pequenos*”. Mas, quem é essa massa homogeneizada sob a fórmula pequeno?

### **Um caminho conservador até os “pequenos”**

O projeto era apresentado sob uma multiplicidade de formas, que denominamos de subprojetos<sup>2</sup>, caracterizado por medidas que convergiam para as necessidades mais elementares do ser humano; propunha o atendimento a crianças catarinenses de todas as regiões do Estado, priorizando, as periferias urbanas e rurais, isto é, acenava para uma política de atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade em Santa Catarina e também para o principal “recurso” de viabilização das propostas, qual seja, a “participação”. Aí despontava uma das principais questões que permearam o referido Projeto, a definição do papel do Estado e dos indivíduos frente à “res publica”. Vale ressaltar, que além desses aspectos, os subprojetos também apresentam em comum uma tendência bastante homogeneizante, marcada por substantivos e adjetivos como “comunidade”, “desassistidos” e “pequenos”. Contudo, para efeitos desta pesquisa consideramos como sendo mais representativos os subprojetos Pró-Criança Cultural e o subprojeto Creches Domiciliares.

Do ponto de vista dos idealizadores, trata-se de um “*sistema governamental - comunitário - participativo - Pró - criança: conjunto de ações realizadas de forma ordenada, coordenada e harmônica, tendo por fundamento comum a criança de 0 a 6 anos, considerada no seio da família e no ambiente que a cerca*” (Doc. Básico, 1984).

Temos a enunciação de um projeto que se caracteriza, ao mesmo tempo, governamental, comunitário e participativo. Cabe perguntarmos qual é o papel do Estado neste projeto, qual papel define-se para a “comunidade” e que atendimento reserva-se a essas crianças. Trata-se, inegavelmente, de uma política para a infância catarinense, mas de qual tipo?

Essa política de caráter assistencialista, que se apresenta com uma “*finalidade de dar atendimento à criança de maneira integrada, com ênfase para a nutrição, a*

---

novamente a primeira dama do Estado visto que Esperidião Amin era na atual gestão, mais uma vez governador de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Pró-Criança Rural, Pró-Criança Pesqueira, Saúde, Cultural, Gaivota e Creches Domiciliares.

saúde, o saneamento, a educação, a estimulação e a afetividade” (Doc. Básico), está inserida dentro de um projeto maior definido como a “opção pelos pequenos”, proclamado na “Carta dos Catarinenses”<sup>3</sup>, e que vai deliberadamente construindo a figura de “bom político” do então governador Esperidião Amin e de sua esposa Ângela Amin, presidente do Pró – Criança. É uma proposta de intervenção social e ao mesmo tempo um instrumento de marketing político, pautado na escolha pelo “pequeno”, contudo, o termo nos parece bastante significativo e problemático, afinal, quem são os pequenos e o que se pretende ao se propagar uma “opção” pelo mesmo?

Diante disso, torna-se imprescindível percebermos o lugar de produção do projeto Pró-Criança, o que implica em conhecermos a trajetória política de quem está sob a incumbência de propor este direcionamento político-cultural, isto é, precisamos perceber o processo (em curso) de construção de uma hegemonia, compreendendo que esta *“exige ação intencional, consciente, politicamente articulada”*(Auras, 1991). Não se trata obviamente de uma ação individual, mas da expressão de uma relação de forças, na qual Esperidião Amin surge como a figura que reúne os requisitos necessários a um dado momento político, onde não apenas a coerção é ainda absolutamente necessária, porém impõe-se crescentemente a necessidade de buscar a construção do consenso, de apontar em sua direção.

Em estudo acerca do processo eleitoral em Santa Catarina em 1982, Aguiar discute aspectos conjunturais que em grande medida nos inserem na trama política do momento histórico em questão. Segundo o autor, as eleições de novembro de 1982 *“propiciaram a possibilidade de ruptura no sistema político até então dominante em Santa Catarina, principalmente se levarmos em conta o surgimento de candidatura independente das forças tradicionais que sempre dominaram o Estado, representado neste pleito pela candidatura peemedebista. As elites tiveram que se apegar com todas as armas em torno da candidatura de Amin (...)”* (Aguiar, 1991, p 44).

Importante lembrar que nesse contexto, o PMDB, ou antes, o MDB era o grande partido de oposição ao regime militar e, em Santa Catarina, constituía-se também, enquanto um pólo de aglutinação da insatisfação popular, não só contra o regime, mas também contra a estrutura de dominação estadual (Aguiar, 1991).

---

<sup>3</sup> Documento que reúne as propostas de governo de Esperidião Amin e Victor Fontana, para as eleições de 1982 em Santa Catarina.

Pode-se depreender sumariamente que o regime autoritário, cujos representantes estaduais até então apareciam sob a forma de governadores indicados, já não podia ignorar a necessidade de buscar legitimidade perante o povo (aqui entendido enquanto uma massa organizada não homogeneamente). Em Santa Catarina, Amin adequava-se ao perfil conservador, era confiável, ao mesmo tempo em que acenava para o “pequeno”, o que resultaria em uma nova espécie de dominação que *“pretendia-se revigorada, mas que não implicasse uma ruptura com o antigo* (Aguilar, p. 49).

Temos no contexto de uma “estratégica abertura política”, a configuração de uma “nova direita”, cujo representante nas eleições de 1982<sup>4</sup>, foi Esperidião Amin, o qual buscará a sua legitimação por uma outra via, que dar-se-á muito mais pela busca do consenso do que pela coerção, o que justifica em grande medida, a profundidade do seu “enraizamento” na política catarinense. Em tal contexto, os “pequenos” aparecem intensamente nos projetos políticos como uma espécie de fórmula mágica, que, segundo Fontana (1982), tem inegavelmente um forte apelo, sendo de fácil assimilação (p.29).

O Documento Básico ao apresentar quem são e onde estão os “pequenos”, define também o pressuposto do Projeto, o de que “tudo se decide antes dos seis anos”, o que pode nos indicar muito sobre o projeto; sobre a importância atribuída a essa fase, do ponto de vista da formação do ser humano, das noções constituídas, de público, de privado, do permitido, do proibido e, principalmente, do lugar que cada um deve ocupar/conformar na sociedade. Sobre esse pressuposto, o Documento Básico referencia pesquisas realizadas naquele momento (início da década de 1980), as quais apontavam para as possibilidades dos neurônios das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos desenvolverem-se extraordinariamente em condições adequadas. Mas, do ponto de vista do Projeto Pró-Criança em nenhum momento define-se esta situação “adequada”.

Assim, o “pequeno”, traz em seu interior um extenso rol de carências, de necessidades básicas e vitais que se estendem desde o atendimento institucional educacional, ao saneamento e à saúde, dentre outras, mas que expressam ao mesmo tempo as necessidades, também, do adulto. Entretanto, esse universo de carências do “mundo adulto” já aparece como algo dado, naturalizado e aceito; a preocupação com a criança, então, aparece como a grande novidade.

É indubitável que residem sutilezas no conceito “pequeno”, o sentido econômico desta “opção”; a construção e cristalização de uma subalternidade, ou ainda, a

---

<sup>4</sup> Restabelecia o direito às eleições diretas ao governo do Estado.

homogeneização estratégica para submergir os movimentos sociais que se apresentavam nas suas complexidades e abrangências, em diferentes segmentos e posições dentro da sociedade. Deste modo, não há uma negação, pelo contrário, há o reconhecimento da presença dos pobres, entendidos/conformados nesta categoria hierarquizada.

Contudo, é preciso trilhar por estes discursos persuasivos, com muito cuidado, pois sobressaem deles o apelo ao senso comum, ferramenta eficiente na construção de consensos. Como nos indica Auras, *“o exercício da hegemonia consiste na capacidade de se conquistar a adesão e o consenso de outros grupos sociais e de se neutralizar e isolar os grupos adversários, limitando e dissolvendo sua eficácia hegemônica, sua força de persuasão sobre os homens. Isto requer capacidade de interpretar os interesses de outros, além dos seus próprios, ou seja, compreender-se e compreender os demais, e levar em conta as forças adversas”* (Auras, 1991, p. 18-19).

Nesse processo de construção de hegemonia dos segmentos dominantes, isto é, de direção do elemento dirigente, o “pequeno” aparece como chave essencial neste jogo de forças, ganhando reconhecimento. A famigerada “opção pelo pequeno” terá que ser reconhecida como sendo muito mais do que um slogan, mas uma peça fundamental nas articulações de um aparelho governamental que precisa tornar-se hegemônico e para isto, indubitavelmente precisa legitimar-se perante o esgotamento das relações marcadamente coercitivas. Assim, o “pequeno”, passa a ser ressaltado retoricamente como uma forma “inovadora”, como um instrumento que o Estado dispõe para lidar com uma realidade que apresenta-se mais complexa, definindo-o ou descaracterizando-o enquanto provedor definindo-se um papel gerenciador enquanto a comunidade participa como executora.

### **Conformidade com as políticas nacionais de barateamento e desqualificação**

Em respostas à diversidade e complexificação da sociedade, o apelo à democracia e à participação, bem como outras palavras-chaves da luta de oposição ao sistema excludente e ditatorial no país, foram incorporados nos projetos da “nova direita”. Nos documentos do Pró-Criança, ou ainda anteriormente ao Projeto, nos documentos de campanha e/ou programa de governo de Esperidião Amin, encontramos de forma recorrente, os termos: participação, distribuição, consulta, descentralizar, inovar, integrar e ação conjunta. Os movimentos oposicionistas revelavam/indicavam a possibilidade real de mudança e ao mesmo tempo exibiam a diversidade e a complexidade de interesses, de demandas efetivas em pauta. Tal processo vai conferindo visibilidade política aos diferentes âmbitos de lutas, como é o caso da

demanda por educação infantil, uma vez que políticas públicas, voltadas a crianças de 0 a 6 anos, eram praticamente inexistentes.

Rocha (1999) em seu estudo sobre a pesquisa em educação infantil no Brasil, situa historicamente os encontros da área educacional, percebendo, com a “abertura política”, uma ampla atividade nesta área a partir da década de 1980. Mesmo não sendo a educação prioridade dos governos, intensificou-se o debate nacional sobre o tema.

Segundo a autora, os educadores passaram a participar mais da discussão das questões educacionais, em organizações como CBE’s (Conferência Brasileira de Educação), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) dentre outras Associações educativas. Nas CBE’s predominavam temas sobre a educação popular, análises ideológicas da Educação, dependência cultural, projetos educativos da sociedade civil e exigência de uma escola pública de qualidade comprometida com a necessidade das classes populares. Nas reuniões da SBPC, evidencia-se a preocupação com a prática educacional nas periferias urbanas, e ressaltava-se o papel integrativo da escola, a valorização do espaço escolar e a escola comunitária (Rocha, 1999, p. 23).

Explorando a ausência de uma política educacional especificamente articulada para as crianças em idade pré-escolar, o Pró-Criança ganhou força, ênfase e espaço, o que ocorre não apenas em Santa Catarina, mas em várias regiões do país com projetos da mesma natureza, é o que poderemos verificar a partir do documento produzido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em convênio com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (MPAS, 1983.)

Em uma perspectiva de reconhecimento das demandas, Germano aponta algumas medidas, tomadas entre os governos de Geisel e Figueiredo, as quais visavam atender as necessidades de segmentos da população “socialmente vulneráveis” e “carentes”. As primeiras medidas adotadas, a partir de 1974, diziam respeito à criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), do Conselho de Desenvolvimento Social e ao Fundo de Assistência Social (FAS). Estas medidas, segundo o autor, representaram sobretudo, a introdução de mecanismos de coordenação das políticas e programas sociais que, ao nível do discurso, foram identificados, sempre pelo Estado, como ajuda destinada aos carentes Germano, 1993, p. 299).

Nesse sentido, em janeiro de 1980, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC), foram implantados inúmeros programas de impacto político que envolviam, em certa medida, a propalada “participação comunitária”, como por

exemplo, o PRONASEC - Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o meio rural e o PRODASEC - Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as populações carentes urbanas (Cunha, 1991, p. 393).

A implementação desses programas baseia-se sobretudo, em uma atuação integrada e no envolvimento comunitário das populações das áreas rurais ou das periferias urbanas, o que ao nosso ver, são indicativos que contribuem para a desmistificação do próprio projeto Pró-Criança e da figura de Esperidião Amin, mostrando que este vai construindo seu perfil de “político hábil”, mas está inserido num contexto que viabiliza suas ações frente ao referido projeto. E ainda, reforça o que vimos indicando acerca de uma crise de legitimidade do Regime e a busca de consenso em amplas parcelas da população.

Portanto, os apelos participacionistas, estão em conformidade com as políticas sociais propostas em âmbito nacional. Como nos indica Cunha, “*as políticas sociais a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975-79 (PND), passam a adotar constantes apelos participacionistas, nos seus respectivos discursos e projetos, fazendo com que a ideologia da “integração social” substituísse paulatinamente a Ideologia da Segurança Nacional* (Cunha, p. 32). [grifos nossos].

Essa busca de legitimação conduz, conforme aponta Germano, “*a uma mudança no discurso e na forma do relacionamento do Estado com as classes subalternas. Tal mudança possibilita a emergência de novos problemas, temas e metas potenciais na agenda do sistema político*” (Germano, p.223).

No âmbito da educação essa perspectiva pode ser vislumbrada a partir de 1979, através do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos (PSECD), o qual, no tocante à educação pré-escolar, deixa transparecer que ela deveria se revestir de caráter fortemente compensatório, tendo em vista o reconhecimento de que “*nos primeiros anos da infância se decidem em grande parte, as potencialidades da personalidade humana; o impacto sobre a criança, a partir dos 7 anos de idade, pode estar já totalmente comprometido com um passado de desnutrição e de pobreza*”(Germano, p. 252).

Em Santa Catarina, mediante o reconhecimento retórico da importância fundamental dos primeiros anos da infância, o Pró-Criança reveste-se de um caráter compensatório, tendo a participação comunitária, o aligeiramento e o aspecto informal da educação como elementos indispensáveis para a consecução dos objetivos estabelecidos em todos os seus subprojetos.

De um lado, temos a nítida necessidade de condução; de outro, o poder de realização desta parcela da população quando se trata de mão-de-obra barata ou gratuita, o que pode ser exemplificado pelo exposto nos Informativos do Projeto, a partir da forma com que se clamava a construção de jardins de infância em algumas cidades de Santa Catarina, com enorme “participação” das comunidades, seja com a sua mão-de-obra, seja via torneio, bingo, torneios de canastras, doações espontâneas em dinheiro, terreno, material de construção ou concursos. arrecadações através de bailes e bingos (Inf.n. 2, 1984, p. 16-17).

O Pró-Criança atinge nitidamente a criança de 0 a 6 anos e, por conseguinte atinge também a família no seu interior, o que a torna, de modo confortável para o projeto, em executores, colaboradores e “participantes” de uma ação que se apresenta como integrada. Com todos os seus instrumentos persuasivos ou coercitivos, na medida em que não restam muitas outras escolhas para os chamados “co-responsáveis” — o Estado organiza, a comunidade executa, paga, contribui, levanta fundos, eis o sentido da participação propalada pelo projeto em questão — constitui-se enquanto direção, atos intencionais que buscam construir efetivamente consensos, o consenso da pobreza, de como lidar com esta classe que se homogeneiza na fala dos proponentes como o “pequeno”. Entretanto, esta categoria social denominada de “pequeno” não se traduz pela homogeneidade, a comunidade aparece como um elemento agregador, unificador, pacificador, no qual a “participação” comunitária exprime um artifício valiosíssimo na reprodução de sentidos comuns.

A partir das elaborações de Gramsci acerca do senso comum, podemos compreender que o processo de difusão e popularização de novas concepções de mundo “*ocorre por razões políticas, isto é, em última instância, sociais; entretanto, o elemento formal (a coerência lógica), o elemento autoritário e o elemento organizativo têm uma função muito grande neste processo*” (Gramsci, 1995, p. 25). Afirma ainda, que

“nas massas, a filosofia não pode ser vivida senão como uma fé. Em que elementos baseia-se a sua filosofia? Especialmente, a sua filosofia na forma que tem para ele maior importância, isto é, como norma de conduta. O elemento mais importante é de caráter não racional — é um elemento de fé. Mas, de fé em quem e em quê? Notadamente no grupo social ao qual pertence, na medida em que este pensa as coisas também diferentes como ele: o homem do povo pensa que, no meio de tantos ele não pode se equivocar radicalmente, como o adversário, argumentador queria fazer crer; que ele próprio, é verdade, não é capaz de sustentar e desenvolver as suas razões como o adversário faz com as dele, mas que em seu grupo, existe quem poderia fazer isto, certamente ainda melhor do que o referido adversário, e de fato, ele se recorda de ter ouvido alguém expor, longa e coerentemente, de maneira que ele se convenceu de sua justeza, as razões da sua fé (Gramsci, 1995, p. 26).

Essa fé no grupo social ao qual pertence pode ser bastante significativa e legível se pensarmos a partir do pressuposto do Projeto Pró-Criança, no qual busca-se conseguir co-responsáveis dentro da comunidade, também como porta-vozes de um projeto que se anuncia como sendo governamental, mas que se legitima a partir da própria atuação e interesse da comunidade. Desse modo, são pessoas pautadas nos mesmos princípios de conduta, que se convenceram e podem convencer, podem transformar-se em agentes de difusão e fusão de conformismos.

Um outro meio de chegar ao senso comum, pode ser também a partir da repetição, a qual, segundo Gramsci (1995), constitui-se no meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular, desse modo não se deve cansar jamais de repetir os próprios argumentos. (p. 27). Eis uma estratégia bastante utilizada pelo Pró-Criança. Porém, aqui se faz necessário uma distinção fundamental, Gramsci propõe uma elevação intelectual da massa, para que, fazendo a crítica de suas posturas, supere o senso comum. O Pró-Criança trabalha fundamentalmente na construção e consolidação de consensos referentes à pobreza e empobrecedores da existência e da historicidade humana.

#### **As Creches domiciliares**

Cerizara (1984) aponta que, naquele momento, ainda não existia um consenso sobre o que deveria ser a pré-escola, muito menos sobre a criança, suas características e necessidades e, portanto, sobre o perfil do professor que atua neste nível. Segundo a autora, *“desde o início da década de setenta e se firmando nos últimos sete anos, o Estado encampou a causa do Pré-Escolar, a partir de uma orientação do ensino, onde a educação escolar é vista como investimento necessário a um tipo de desenvolvimento econômico que supostamente beneficiará a todos”* (p. 71-72).

Gohn (1988) destaca dois aspectos fundamentais observados na questão das creches a partir da década de 1970: elas passam a ser reivindicadas como um direito da população; e passam a ser também redefinidas pelos órgãos públicos, como uma necessidade da mulher que trabalha fora (p. 80). É esse o contexto de criação do subprojeto Creches Domiciliares, no interior do Pró-Criança. Para Rosemberg (1986) esta modalidade de atendimento pode ser traduzida como *“um modo de guarda da criança pequena: uma mulher toma conta em sua própria casa, mediante pagamento, de filhos de outras famílias enquanto os pais trabalham fora”* (p. 73).

Para Rosemberg (1986), esta modalidade tem sido divulgada como uma solução alternativa e adequada de guarda da criança para países de Terceiro Mundo, recebendo

estímulos inclusive, de organismos internacionais (OMEP, UNICEF), tendo como principais argumentos, a conciliação de baixo custo, baixa tecnologia e participação da comunidade. Argumento que a autora destrói veementemente, a começar pela própria ambigüidade conceitual em que se apóia este tipo de proposta, a associação da creche à família. Aqui, a autora aponta o uso propagandístico do termo, na medida em que ao adjetivo familiar se oporia um atendimento institucional ( p. 74).

Em síntese, os argumentos empregados para divulgar e implantar as creches domiciliares em Santa Catarina, através do Projeto Pró-Criança coincidem ou reafirmam o que Rosemberg (1986) aponta acerca deste tipo de atendimento a crianças de 0 a 6 anos no Brasil: o primeiro argumento, é o de que se trata de uma forma alternativa de atendimento à criança pequena (se limitam a procurar garantir a sobrevivência física da criança pequena); o segundo argumento, é o de que as creches domiciliares compreendem uma modalidade de atendimento familiar, tendendo a uma desinstitucionalização, isto é, (desinternalização da criança); um terceiro argumento teria como base o baixo custo, já que nesta modalidade de atendimento não haveria “necessidade” de construção de novos prédios; outro argumento que se faz presente é o de que a criança é atendida de forma integrada, pois passa a receber atenção de saúde, alimentação orientada, atividades pedagógicas e de estimulação essencial. E por fim, o argumento de que as creches domiciliares envolvem a participação da comunidade, numa espécie de co-gestão

No que concerne ao Projeto Pró-Criança esse processo de convencimento da viabilidade de uma política para a infância sob a égide de um barateamento e qualificação desqualificadora é apresentado sob diversas justificativas, uma delas é a de que “os grandes precisam ser gente”, isto é, aquele que trabalha com as crianças de 0 a 6 anos. Assim, o Documento Básico enfatiza que:

O último estágio da carreira do magistério universitário é o de “professor titular – ter títulos. Pode-se até constatar casos em que a bagagem acadêmica é inversamente proporcional ao equilíbrio emocional do professor. Para trabalhar com os pequenos é **preciso, acima de tudo ser gente**. Muitos dos que têm vivência não tem a adequada formação científica. Outros passam por um processo regular de formação que pouco tem a ver com a realidade em que vão atuar (Doc. Básico, 1984).

Das entrelinhas subjazem os verdadeiros significados desta defesa em prol da desqualificação profissional. Será que para quem é “pequeno” qualquer coisa serve? Adensando esta perspectiva aparece também a idéia de “construir gente, não prédios”, ou ainda, a de “Encher a barriga/fazer a cabeça” (Doc. Básico). Sobre essa última

expressão, o documento alerta que isto não significa programar as pessoas, o que demonstra nitidamente a compreensão de ser humano presente na proposta em questão, isto é, como seres autômatos, incapazes de vir a compreender a complexidade das relações.

Outra forma de atendimento proposta pelo Projeto Pró-Criança, foi o subprojeto Gaiivota (atendimento a crianças sem base física definida) cujos objetivos, segundo os proponentes, seriam “*testar alternativas de atendimento para crianças oriundas de famílias de baixa renda; atender às necessidades básicas (afeto, estimulação, nutrição e saúde) de 15 crianças da comunidade Beco das Lavadeiras, em Florianópolis entre os 2 1/2 e os 6 anos de idade*” (Inf. n. 2, 1984, p. 4-5).

Outro aspecto apresentado para ilustrar a participação da comunidade, é o auxílio dos irmãos mais velhos como “Monitores Voluntários” o que implica, no argumento dos proponentes, em ajuda e momento de aprendizagem para eles. No nosso entendimento constitui-se em artifício para construção e consolidação do consenso da desqualificação do educador da educação infantil e, sobretudo, contribui para a separação entre o cuidar/ educar, função que, nas atuais discussões da área, distinguem o ensino fundamental da educação infantil, não havendo uma subordinação da dimensão do cuidar à dimensão educativa.

### **Os Livros Infantis**

O interesse fundamental anunciado na proposição do Pró-Criança cultural em Santa Catarina, era o de preservar a “identidade cultural catarinense” e estimular o surgimento de “novos valores culturais” Nas palavras de seus idealizadores: “*tem por finalidade preservar a identidade cultural catarinense e estimular o surgimento de novos valores culturais*” (Helou Filho, 1985, p. 29-30). Contudo, devemos considerar alguns pontos que indicam essa direção político-cultural. O primeiro se refere a intenção de “preservar a identidade catarinense”, mas, qual é a identidade que aparece no enredo dos livros da coleção Pró-Criança<sup>5</sup>? Esta intenção de construção de uma identidade estaria relacionada à tentativa de homogeneização? Vale lembrar que as estórias selecionadas exibem de forma às vezes discreta, outras menos, tentativas de moldar os indivíduos, seja através da legitimação de valores, de comportamentos, impondo critérios de civilidade, transmitindo e repassando preconceitos, sexismo, e essencialmente definindo o papel do Estado e dos indivíduos.

---

<sup>5</sup> Do conjunto de 1142 estórias inscritas, numa primeira etapa, foram selecionadas 20 para publicação e , numa segunda etapa, 11.

Um segundo ponto que também requer atenção, são as cidades a que estavam vinculados, seja por nascimento ou vínculos profissionais, os escritores que tiveram suas histórias selecionadas. Das 31 histórias, 14 são de autores de Florianópolis, o que no nosso entendimento pode representar uma tendência a uma regionalização dessa identidade que se anuncia “catarinense”, mas que se define a partir da capital do Estado, já que haviam participantes de 122 municípios catarinenses e foram inscritas 1142 histórias.

Um terceiro ponto, 10 dos 31 livros apresentavam patrocínio empresarial. Mas, o mais instigante, é que o enredo das histórias patrocinadas apresentava uma relação direta ou indireta com o produto ou serviço da empresa patrocinadora. Para ilustrar essa análise, apresentamos sucintamente algumas dessas histórias:

A história “*Benina-Bernunça com dor de barriga*”, enfatiza a necessidade de fazer um chá para a bernunça, integrante do boi-de-mamão. O patrocinador, era a Coca-cola<sup>6</sup>, cujo slogan evidenciado no logotipo era: “Beba Coca-cola”; outra história que apresentava patrocínio empresarial, intitulava-se “*O Pintalho*”, cujo enredo fala de um pintinho “muito inteligente e curioso”, a empresa patrocinadora era a Sadia<sup>7</sup>. Outra história é “*A Palavra Mágica*” cuja empresa patrocinadora foi a RBS<sup>8</sup>. O enredo é o encontro de várias crianças, no qual tentam criar novas brincadeiras, dentre as quais a invenção de uma palavra mágica escolhida e reconhecida pelo grupo, que fazia tudo de positivo acontecer.

Outra das histórias intitula-se “*Pituca*”, nome de uma locomotiva pequena, que era auxiliar do Papai Noel na entrega dos presentes de Natal e, que numa noite escura, enguiçou e não pôde realizar a entrega dos brinquedos para as crianças. A empresa patrocinadora era a Luminar<sup>9</sup>. E ainda, a história “*Uma Sociedade Interessante*”, na qual dois meninos João Sorriso e João Tristeza unem-se para ajudar a Natureza a livrar-se dos males provocados pela poluição. Esta trazia o patrocínio das Empresas Guglielmi – Carbonífera Metropolitana S.A. E por fim, a história “*Um dia na vida do Sol*”, a qual enfatiza as benesses do Sol, o conforto, a saúde, as comodidades proporcionadas por ele. E das inseguranças promovidas pela ausência dele, como no caso das enchentes, citando inclusive as ocorridas em Santa Catarina. A empresa patrocinadora era a Pátria Seguros.

---

<sup>6</sup> Originalmente conhecida como chá gelado

<sup>7</sup> Indústria catarinense de alimentos, focada na criação e abatimento de aves.

<sup>8</sup> Rede Brasil Sul de Comunicações.

<sup>9</sup> Empresa de Materiais Elétricos.

### Quais consensos podem ser evidenciados nas estórias?

De forma inegável e recorrente, a comunicação ou as vias de propagação do Projeto Pró-Criança, podem ser admitidas em grande medida, seja pela circularidade dos Informativos Pró-Criança, mediante a sua divulgação via Instituições do Estado, principalmente Escolas Estaduais, seja pelos órgãos de Imprensa, que segundo os proponentes do referido Projeto “*funcionou como instrumento de promoção e contribuiu para a divulgação e identificação do Pró-Criança*” (Leon, 1986, p. 6).

Os livros e canções<sup>10</sup> eram partes constituintes de um processo de popularização de uma política para a infância, ou para os “pequenos” de Santa Catarina, que pautava-se principalmente nas diversões corriqueiras e datadas, seja no dia das crianças, das mães, dos idosos, em que palhaços e brincadeiras, como corridas de saco ou de equilibrar ovos na colher, transformavam aqueles dias inesquecíveis. Por outro lado, a partir da imagem tão forte do pintinho que sai da casca<sup>11</sup>, o Pró-Criança firmou-se como a grande política voltada para a Educação Infantil em Santa Catarina, aproveitando do histórico descaso com esta camada social, por parte de governantes que o precederam e o auxiliaram na chegada ao governo, mas visivelmente forçado pelas circunstâncias a um governo mais popular. A sociedade de fato havia se complexificado e concomitantemente a esta complexificação firmava-se um maior e mais diversificado processo de organização social.

Os 31 livros infantis selecionados apresentam algumas especificidades que teimam de fato em construir ou manter uma “identidade catarinense”, mas uma identidade localizada em alguns bairros de Florianópolis. Mas, se por um lado, há uma tentativa de identificação de alguns segmentos da sociedade, seja através dos personagens como pescadores, ou lugares/bairros de Florianópolis, há por outro lado, uma descaracterização com a inserção de bichos que não fazem parte da fauna brasileira e dificilmente eram conhecidos dos leitores destes livros, como por exemplo, o urso, o Leão e a Girafa.

A ilustração que abre, por exemplo, o livro “A Baleia da Praia da Armação” traz alguns personagens bastante caracterizados ou estereotipados, como por exemplo, o pescador com sua rede, um chapéu, um cigarro na boca, uma calça um pouco abaixo do joelho, ou na estória “As traquinagens da Tainha Troc”, na qual o pescador é

---

<sup>10</sup> Embora não analisadas especificamente, utilizamos também as letras das canções selecionadas para fundamentar as nossas análises.

<sup>11</sup> Logotipo do Projeto.

apresentado com uma aparência bastante rústica, com pêlos por todo o corpo, de forma bastante enfática na ilustração.

Em conformidade com Góes (1991), defendemos que *“é com o auxílio do livro e particularmente do livro infantil que poderemos influir sobre a vida afetiva e estética da criança (...) auxiliam na aprendizagem do mundo e formar o leitor no gosto (...) o hábito da leitura ajudará na formação da opinião e de um espírito crítico – principalmente a leitura dos livros que formam o espírito crítico, enquanto a repetição de estereótipos empobrece”* (p. 27-28). No caso dos livros produzidos pelo Pró-Criança temos, seja nas relações que se estabelecem nas estórias através de animais ou de pessoas, as posições ocupadas na sociedade, estabelecidas de forma natural e inexorável e a repetição exaustiva de estereótipos (da felicidade, da família, da menina, do menino, do interior, da cidade), uma construção perversa e sexista que propaga uma superioridade masculina, que generaliza e simplifica as diferenças humanas.

Dentre inúmeros agentes de propagação, reforço e transmissão de normas, valores e ideologias sexistas, os livros, destinados a crianças e adolescentes, estão entre os mais eficazes; o que ocorre também, com os livros ilustrados a que as crianças têm acesso antes de entrar na escola maternal, antes mesmo que saibam ler ou escrever (Michels, 1989, p. 22).

Outro aspecto que sobressai é evidência de um caráter utilitário da criança; enfatizando-se o “prazer em servir”, o amor ao trabalho por ser útil a Pátria, a Deus, aos homens, ou no sentido de receptora de bons preceitos hoje e, amanhã, o adulto, seguidor e propagador desses valores. Há uma insistência em uma padronização, numa homogeneização. Busca-se moldar um ideal de sujeito, semelhantes, passivos e previsíveis, uma uniformização que persiste em omitir o que está subjacente.

### **Considerações Finais**

Indubitavelmente, a participação tão proclamada pelo Projeto Pró-Criança, justificada pela observância de direitos, dissimula as bases antidemocráticas da “nova direita”. Compreendendo que a democracia ancora-se em noções de direitos, os adjetivos “pequenos” ou “desassistidos”, empregados ao longo de todo o Pró-Criança, trazem à tona a incoerência que permeiam os discursos dessas forças políticas. Esses termos ou “fórmulas” carregam consigo as relações/articulações dessas forças, que de fato, não se propõem a lutar por causas democráticas, ou por igualdade, trata-se de delimitar, de aprofundar cada vez mais as relações de disparidade. Sob uma

multiplicidade de formas, de subprojetos, são construídos/reafirmados conformismos, dentre eles, o da pobreza, das desigualdades, das faltas, seja de saúde, educação, alimento e lazer, entre outros. Nesse processo de construção de consensos, a participação é nutrida como a grande saída para os problemas sociais, visualizados e tratados como problemas da “comunidade”, homogeneizada sob este termo.

### **Referências Bibliográficas**

- ABRAMOVICH, Fany (org.). **O mito da Infância feliz**. São Paulo: Summus, 1983.
- AGUIAR, Itamar. **As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina – Táticas e Estratégias das Elites no confronto com as Oposições**. Dissertação de Mestrado: UFSC, Florianópolis, 1991.
- AURAS, Marli. **Poder Oligárquico Catarinense: Da Guerra aos “Fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1991.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre Literatura e história da cultura**; trad. Sérgio Paulo Rouanet, 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, obras escolhidas, v. 1, 1994.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Secretaria de Assistência Social. **Propostas para o atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade**. 2ª ed., Brasília, MPAS/SPR, 1983.
- CERIZARA, Ana Beatriz. **A Pré-Escola em Questão. Perspectiva**. Florianópolis: CED/UFSC, jan/jun, 1984.
- COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Fpolis: IOESC, 1984. Não paginado.
- COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Creches Domiciliares**. Fpolis: IOESC, versão 3, 1984.
- COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Fpolis: IOESC, n. 2, 1984.
- COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Fpolis: IOESC, n. 4, 1985.
- COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Fpolis: IOESC, n. 5, 1985.
- CUNHA, L. Antonio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: ed. da UFF. Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1991.
- DEIRÓ, M. Chagas. **As Belas Mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. São Paulo: Editora Moraes, 11ª ed., 1978.
- ECO, Humberto; BONAZZI, Marisa. **Mentiras que parecem verdades**. Trad. Giacomina Faldini. São Paulo: Summus, 1980.

FONTANA, Remy. Governo Amin- Um voto de desconfiança. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: Editora da UFSC, v. 2, n° 3, dez. 1982.

GERMANO, J.W. **Estado Militar e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2000.

GÓES, L.Pimentel. **Introdução à Literatura infantil e juvenil**. 2ª ed., São Paulo: Pioneira, 1991.

HELOU FILHO, Esperidião Amin. **A vez do Pequeno**: uma experiência de governo. Florianópolis: Casa Civil, 1985. p.29-30 [grifos nossos].

LEON, Ramon et al. **A Experiência de Desenvolvimento Infantil – Pró-Criança**. Florianópolis: UNICEF, 1986.

MICHEL, ANDRÉE. **Não aos estereótipos!** Vencer o sexismo nos livros para as crianças e nos manuais escolares. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina; (Paris) UNESCO, 1989.

ROCHA, E. A. Candal. **A pesquisa em educação infantil no Brasil**: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. Florianópolis: UFSC/CED,NUP, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. Creches Domiciliares: Argumentos ou Falácias. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n.º 56, fev., 1986.

ZILBERMAN, Regina & LAJOLO, Marisa. **Um Brasil para Crianças - para conhecer a literatura infantil brasileira**: história, autores e textos. 4ª ed., São Paulo: Global, 1993.